



## Fundos de pensão de estatais têm novas regras aprovadas

Projeto que evita a influência político-partidária na gestão das entidades passou ontem em Plenário e segue para a Câmara dos Deputados

**A** proposta, que foi aprovada por unanimidade, visa reduzir a interferência dos partidos políticos na nomeação de dirigentes e conselheiros dos fundos das estatais. Para isso, estabelece que a escolha dos diretores e conselheiros dos fundos seja feita por meio de processo seletivo público. Também impede a indicação de gestor que tenha ocupado cargo comissionado no governo ou exercido atividade partidária nos 24 meses anteriores à nomeação. Os diretores não poderão ter condenação transitada em julgado. **3**



Marcia Maniz/Agência Senado

Renan preside sessão que aprovou o texto de Aécio destinado a profissionalizar a gestão dos fundos e proteger as entidades contra os interesses partidários

Roque de Sá/Agência Senado



Otto Alencar (E) preside a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

### Senado aprova destinação de multa ambiental à região afetada

Projeto aprovado na Comissão da Agenda Brasil estabelece que os recursos de multas por tragédias ambientais sejam aplicados na recuperação das

localidades atingidas pelos danos. O texto acatado, substitutivo de Fernando Bezerra a proposta de Antonio Anastasia, segue para a Câmara. **3**

### Dependentes poderão ter direito de "herdar" plano de saúde

Segue para a Câmara proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais que garante a dependentes de plano de saúde as mesmas condições de contrato, em caso de morte do titular. **6**



Geraldo Mugele/Agência Senado

Vanessa Grazziotin é autora do projeto que vai a votação na Câmara

Texto protege prefeito que perder verba **3**

Projeto sobre crime via internet vai à Câmara **7**

Especialistas pedem eleição direta para reitor **4**

MP sobre acordo de leniência recebe críticas **7**

Proposta incentiva empreendedorismo do jovem rural **3**

Indústria aponta pauta prioritária para o setor **2**

Dono de cartório poderá responder por prejuízos **5**

Pedro Franco/Agência Senado



Projeto aprovado na Comissão de Infraestrutura deve seguir para a Câmara

### Tarifas para cidades na fronteira podem ter preço de voo doméstico

Em decisão final, a Comissão de Infraestrutura aprovou ontem projeto que garante, para os voos internacionais com origem e destino em cidades-

-gêmeas fronteiriças, o mesmo tratamento tarifário dos domésticos. Com a proposta, Ana Amélia quer facilitar a integração com países vizinhos. **4**

### Senadores se dividem sobre crise política

Boa parte dos discursos feitos no Plenário foram sobre a crise política. O petista Humberto Costa disse que o pedido de impeachment de Dilma Rousseff é uma "vendeta política". Para o tucano Cássio Cunha Lima, ela tenta comprar votos na Câmara para impedir seu afastamento. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o povo deve ser ouvido sobre antecipação de eleição. **8**

### Plenário avalia pagamento mais ágil de precatório

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que estabelece que a União, os estados e os municípios deverão criar conta especial com o objetivo de pagar precatórios, de modo que uma decisão judicial pelo pagamento seja cumprida no prazo máximo de dez anos. À tarde, o texto passou pela primeira sessão de discussão em Plenário. **5**

# Senado recebe agenda legislativa da indústria

Empresários selecionaram 121 projetos em tramitação no Congresso considerados prioritários para o desenvolvimento, como o que regulamenta a terceirização e o que convalida incentivos fiscais

O PRESIDENTE DA Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a *Agenda Legislativa da Indústria* de 2016. Nesta 21ª edição, mais de 500 empresários analisaram 5,5 mil proposições legislativas em tramitação no Congresso e selecionaram 121 projetos considerados prioritários para o desenvolvimento do país.

— Hoje temos, no Brasil, uma pauta apenas de discussões políticas. E o Brasil não pode ficar refém dessas discussões. Temos que discutir as questões econômicas, fazer a economia girar de novo — disse Andrade.

Renan concordou que a pauta política precisa ser resolvida para dar lugar à votação de projetos que favoreçam a volta da segurança jurídica e do investimento no setor produtivo.

Ele anunciou que pretende retomar a agenda expressa, com a análise das propostas selecionadas pelas bancadas partidárias no Senado.

O presidente da CNI disse que é fundamental tratar do licenciamento ambiental. Para os empresários, a falta de lei a ser aplicada por União, estados e municípios gera confusão e insegurança jurídica sobre a validade e a abrangência das regulamentações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O PL 3.729/2004, que disciplina o processo de licenciamento ambiental, está em exame na Câmara.

## Reforma tributária

Andrade também destacou a importância da votação de itens da reforma tributária “na questão da desburocratização, da solução da guerra fiscal entre os estados”. Entre eles,

o PLP 54/2015, da senadora Lúcia Vânia (PDB-GO), sobre convalidação de incentivos fiscais. O texto aguarda análise dos deputados.

A CNI pede mudanças nas leis trabalhistas, em questões que considera entraves ao desenvolvimento. A confederação defende a regulamentação da terceirização, prevista no PLC 30/2015, e a aprovação do PDS 43/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que susta a norma reguladora sobre padrões de segurança na operação de máquinas e equipamentos. As duas propostas estão em análise no Senado.

— O custo do trabalho está levando as empresas a buscarem processos de automação, de maneira a reduzir contratações, o que é ruim para a economia — argumentou Andrade.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



Renan (ao centro, à dir.) conversa com o presidente da Confederação Nacional da Indústria sobre retomada da economia

## CPI do Futebol convoca Del Nero e Ricardo Teixeira

A CPI do Futebol vai convocar para depor o presidente licenciado da CBF, Marco Polo Del Nero, e o ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira. Os requerimentos das convocações, que têm caráter obrigatório, foram aprovados ontem. As datas ainda serão definidas.

Del Nero falou à CPI vo-

luntariamente em dezembro, mas a comissão entendeu que novos documentos obtidos contradizem declarações feitas na ocasião (como a de que ele não teria contas bancárias no exterior) e, portanto, justificam novos questionamentos. Teixeira, que presidiu a confederação entre 1989 e 2012, já

havia sido convidado a ir à CPI, mas não compareceu.

Outras duas testemunhas também terão de comparecer à comissão: Wagner Abrahão, empresário do turismo que possui negócios com a CBF, e Gustavo Dantas Feijó, vice-presidente da CBF para a Região Nordeste.

## Comissão de Mudanças Climáticas define atuação

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou ontem o plano de trabalho deste ano. O plano foi apresentado pelo relator, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Foi aprovada a realização de oito audiências públicas para acompanhar a implementação do Novo Acordo do Clima, assinado no ano passado. Serão quatro audiências no primeiro semestre e quatro no segundo.

Por sugestão do senador Donizeti Nogueira (PT-TO), a comissão vai tentar ouvir, na próxima semana, o ministro do STF, Luiz Fux, sobre as quatro

ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam dispositivos do novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/12). Conforme explicou Donizete, o resultado desse julgamento, do qual Fux é relator, terá efeitos diretos nas metas assumidas pelo Brasil durante a Conferência do Clima de Paris (COP-21).

Além do julgamento das ADIs, a comissão pretende discutir os desafios da Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) brasileira no setor florestal. A INDC é um documento que contém o que cada país pretende fazer para

reduzir e remover as emissões de gases do efeito estufa. Para falar sobre esse desafio, serão convidados representantes da Embrapa, do Ministério da Agricultura, do Observatório do Código Florestal e do Ministério do Meio Ambiente.

Na segunda audiência, a comissão pretende convidar a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para discutir a implementação da INDC brasileira no que se refere às políticas públicas e legislação.

As fontes renováveis de energia e a precificação do carbono também serão abordadas nas audiências.

## Ana Amélia: números da construção civil revelam gravidade do desemprego

Ana Amélia (PP-RS) disse que números da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil apresentados ontem revelam a gravidade



está concentrado na busca de solução para o desemprego porque se dedica exclusivamente à defesa contra o impeachment.

Segundo a senadora, o mais grave é que o governo não

Para criar empregos, sugeriu investimentos em infraestrutura, como o ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ela lamentou, porém, que apenas 37,3% das 62.171 obras do PAC tenham sido concluídas.

## Paim apoia manifesto de juizes contra retrocesso em direitos trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário, na terça-feira, manifesto assinado por juizes do trabalho, que alertam para o risco que o momento político traz à



“A estabilidade política pode vir a ter como preço a retração de direitos trabalhistas”, alertam. Retrocessos se dariam em temas

Os juizes se declaram preocupados com a possibilidade de uma solução conciliada para a crise política que, sem comprometer os interesses partidários, imponha sacrifí-

como direito de greve, dispensas coletivas e terceirização, afirma o manifesto.

O senador ressaltou a disposição dele em impor resistência a qualquer ameaça aos direitos trabalhistas.

## Lixão da Estrutural envergonha a capital do Brasil, afirma Hélio José

A permanência do Lixão da Estrutural, maior lixão ativo da América Latina, é uma vergonha em plena capital federal, disse Hélio José



da há muitos anos pelos brasilienses — afirmou o senador, ressaltando que o lixão ocupa mais de 200 hectares de área e está a apenas 15

Ele cobrou do governo do Distrito Federal o fechamento do lixão e sugeriu que o governador Rodrigo Rollemberg adote medidas urgentes.

— A desativação é cobra-

quilômetros do Congresso Nacional.

Hélio José afirmou ainda que dezenas de crianças vivem no lixão, sujeitas a problemas de saúde e transtornos psicológicos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Audiência pública interativa**  
8h O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, apresenta programas prioritários da pasta para o ano de 2016.
- CDH Acidente com morte**  
8h30 Audiência discute o PLS 1/2008, que torna crime hediondo o acidente com morte provocado por motorista alcoolizado.
- CRE Aldo Rebelo**  
10h Reunião deliberativa. Logo depois, audiência interativa com o ministro da Defesa, Aldo Rebelo.

- PLENÁRIO Sessão extraordinária**  
10h Sessão deliberativa extraordinária. Projeto originado da MP 699/2015, sobre aumento de pena para quem obstrui via pública, é o primeiro item da pauta. Às 14h, sessão deliberativa ordinária.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
10h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão deliberativa extraordinária.
- CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio**  
10h Está marcado depoimento do senador Delcídio do Amaral.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Aprovadas novas regras para fundos de pensão

Objetivo da proposta que agora vai à Câmara é profissionalizar a gestão dos fundos de estatais, evitando a influência de partidos na indicação de dirigentes

**NOVAS REGRAS** PARA a gestão dos fundos de pensão públicos foram aprovadas por unanimidade no Plenário ontem e seguem para a Câmara. O texto é um substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG) ao PLS 388/2015 — Complementar, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que dificulta a influência de partidos políticos na indicação de dirigentes e conselheiros das entidades.

A proposta estabelece mecanismos para profissionalização, delegação de atribuições e transparência nas relações entre gestores dos fundos, participantes e sociedade.

Aécio disse que os escândalos com déficits bilionários ocorridos nos fundos de pensão de estatais decorreram da combinação de “incompetência com interesses espúrios dos gestores”.

— A interferência política na escolha desses dirigentes, os inúmeros prejuízos e o risco



Para o senador Aécio, prejuízos dos fundos são resultado da combinação entre “incompetência e interesses espúrios”

iminente de maiores perdas expõem a falta de instrumentos garantidores de uma maior profissionalização e qualidade na gestão das entidades.

O texto aprovado foi construído com participação da senadora Ana Amélia (PP-RS), em consenso com o governo e acolhimento de emenda do senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Foi amparado ainda no manual de boas práticas de governança da Superintendência Nacional de Previdência Complemen-

tar (Previc) e no PLS 78/2015 — Complementar, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que tramitava em conjunto com a proposta de Paulo Bauer.

## Mudanças

Os projetos de Bauer e Raupp visam alterar a Lei Complementar 108/2001 para melhorar a gestão dos fundos e reduzir a influência político-partidária.

— Queremos apenas uma coisa: que a política partidária não esteja mais presente na

gestão dos fundos de pensão — disse Bauer.

Pelas novas regras, os integrantes das diretorias executivas poderão ser escolhidos em processo seletivo público. Outra novidade é a inclusão, nos conselhos deliberativo e fiscal, de conselheiros independentes, em proporção paritária com representantes dos assistidos e patrocinadores.

O texto institui uma série de pré-requisitos para o exercício do cargo de conselheiro, como não ter exercido atividades

político-partidárias nos 24 meses anteriores à nomeação. Também não admite que o gestor tenha sido titular de cargo em comissão de direção e assessoramento superior na administração pública direta do governo controlador nos 24 meses anteriores. Além disso, é obrigatória ao conselheiro a quarentena de 12 meses para a atividade político-partidária, a partir da desvinculação.

Para diretores executivos é exigida formação de nível superior em pelo menos uma das áreas de especialização para as quais seja requerida experiência comprovada. Eles também não poderão ter sofrido condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em atendimento às emendas de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Audidores e empresas de auditoria independente deverão responder civilmente por prejuízos decorrentes de culpa ou dolo no exercício das funções para as quais foram contratados. E a transparência deverá ser assegurada com a publicação de relatórios anuais e a disponibilização na internet de balanços e notas técnicas de auditoria.

## Projeto poderá evitar punição a prefeito que superar teto de despesa

### AGENDA BRASIL

Foi aprovado ontem no Plenário do Senado o PLS 316/2015 — Complementar, que busca evitar a punição de prefeitos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) em casos de redução de recursos por razões externas. O texto aprovado é o do projeto original, sem as emendas apresentadas, que devem ser votadas hoje.

A proposta, de Otto Alencar (PSD-BA), é parte da Agenda Brasil, uma série de projetos reunidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para impulsionar o desenvolvimento nacional.

O projeto veda a aplicação de sanções ao município que ultrapassar o limite para a despesa total com pessoal em dois casos. O primeiro é quando isso ocorrer por conta da diminuição do valor das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) decorrente de isenção tributária praticada pela União.

O segundo caso é quando houver redução das receitas recebidas de royalties e participação especial.

As punições vedadas incluem a não contratação de operações de crédito, o não recebimento

de transferências voluntárias e a não obtenção de garantia aos municípios.

Otto, que já integrou o Tribunal de Contas da Bahia, alegou que muitos municípios vivem quase exclusivamente do FPM e os prefeitos acabam sendo punidos por ações de desoneração do governo federal. Um exemplo dessas desonerações são as que atingem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma das bases do FPM.

— A crise que está acontecendo no Brasil não foi gerada dos municípios para Brasília. Foi gerada de Brasília para os municípios. Se Brasília fosse menor e os estados e os municípios fossem maiores na arrecadação, na capacidade administrativa, na autonomia administrativa, financeira e política, não existiria muita crise.

O projeto foi apoiado pela maior parte dos senadores que falaram em Plenário, como Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Rocha (PT-PA).

Para Reguffe (sem partido-DF), no entanto, nada pode servir de pretexto para que um prefeito gaste mais do que arrecada. Cristovam Buarque (PPS-DF) também questionou as mudanças.

O relator do projeto é Blairo Maggi (PR-MT).

## Multas ambientais deverão ser destinadas às regiões afetadas

### AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem projeto do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) estabelecendo que os recursos arrecadados com as multas por tragédias ambientais sejam aplicados na recuperação das localidades onde o dano ocorreu.

A proposta (PLS 741/2015) foi aprovada como substitutivo do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O texto já pode seguir para a Câmara.

Anastasia lembrou que a tragédia de Mariana (MG) motivou a apresentação do projeto. Para ele, a proposta pode ser uma solução para respostas mais rápidas às regiões afetadas.

O texto prevê também a criação de um plano de trabalho que deve ser elaborado por municípios, estados e representantes da sociedade civil das áreas atingidas. Além disso, caso o desastre cause queda na arrecadação dos municípios, parte do dinheiro deverá ser dirigida à manutenção dos serviços públicos.

## Incentivo à manutenção de jovem na zona rural passa em comissão

### AGENDA BRASIL

Foi aprovado ontem pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional o substitutivo ao PLS 104/2015, que estimula o empreendedorismo do jovem que trabalha no campo. A proposta faz parte da Agenda Brasil.

De José Agripino (DEM-RN), o projeto quer estimular o espírito empreendedor entre os filhos de agricultores e apoiar iniciativas que lhes permitam permanecer no meio rural. O substitutivo é de

Cristovam Buarque (PPS-DF), relator da proposta.

A comissão aprovou dois projetos que deverão ir para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário. O primeiro é o substitutivo ao PLS 187/2012, que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem.

O segundo é o substitutivo ao PLS 313/2011, que determina a destinação dos recursos de premiação das loterias federais não procurados ao financiamento estudantil dos cursos de saúde.

### SÃO BERNARDO RECEBERÁ CRÉDITO DE US\$ 59 MILHÕES

O Plenário aprovou ontem autorização para o município de São Bernardo do Campo (SP) contratar empréstimo de US\$ 59 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade do ABC paulista. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente aos encargos da dívida. Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Walter Pinheiro (sem partido-BA) aproveitaram a votação da operação de crédito para cobrar do governo o envio da mensagem com autorização de empréstimos para o Pará e a Bahia.

### PLENÁRIO DISCUTE RAPIDEZ EM CAUSAS PREVIDENCIÁRIAS

A terceira sessão de discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 127/2015 transcorreu ontem em Plenário. A proposta transfere da Justiça estadual para a federal a competência para julgamento de causas de acidentes de trabalho que envolvam a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais. A proposta, do senador José Pimentel (PT-CE), visa agilizar o julgamento de causas previdenciárias. Toda PEC precisa passar por cinco sessões de discussão em Plenário antes de ser votada em primeiro turno e, depois, por mais três sessões antes da votação em segundo turno. São necessários 49 votos para a aprovação em cada turno.

# Projeto aprovado barateia tarifas aéreas para países vizinhos

Proposta, que segue para a Câmara, altera lei que regulamenta exploração aeroportuária e atinge cidades-gêmeas fronteiriças

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que assegura o mesmo tratamento tarifário para voos domésticos e internacionais com origem e destino em cidades-gêmeas fronteiriças. A proposta (PLS 303/2012) de Ana Amélia (PP-RS) muda a Lei 6.009/1973, que regulamenta a exploração dos aeroportos.

Como a votação teve caráter terminativo, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Na justificativa, a senadora argumenta que a integração do Brasil com os países vizinhos é dificultada por modelos obsoletos de tributação e regulação. Na opinião dela, esses modelos “oneram injustificadamente

os voos internacionais em comparação com os domésticos”. Ana Amélia assinala que, nos voos internacionais, as tarifas aeroportuárias de embarque de passageiros, acrescidas dos tributos, superam em cerca de três vezes e meia aquelas cobradas para os voos domésticos.

Segundo emenda aprovada na comissão, serão adotadas as menores tarifas verificadas.

A CI também acatou emenda aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estabelecendo que a mudança legislativa deve prevalecer apenas no tocante às tarifas estritamente aeroportuárias, apartando-se da isonomia proposta as taxas relativas à navegação aérea.

O relator da proposta na CI, Vicentinho Alves (PR-TO), apresentou emenda de redação para beneficiar voos com “origem e destino” em cidades-gêmeas fronteiriças, e não como se lia anteriormente “origem ou destino”.



Vicentinho Alves (D) é relator do texto que garante a adoção das menores tarifas verificadas

## Eleição direta para reitor volta a ser discutida

A atualização das regras referentes à escolha de dirigentes das instituições de ensino superior, permitindo a eleição direta de reitores, foi defendida pelos participantes de debate ontem na Comissão de Educação (CE). A audiência discutiu o PLS 379/2013, apresentado por Delcídio do Amaral (sem partido-MS) e relatado por Cristovam Buarque (PPS-DF).

O relator deixou claro na abertura da audiência que encara a proposta exatamente como uma “reavaliação” das regras atuais, algo que percebe como “natural”, uma vez que o atual sistema vige há cerca de 30 anos.

Para ele, o maior desafio não só do sistema universitário como da sociedade como um todo é buscar a inserção mais radical possível das universidades na democracia, uma vez que elas, disse, “pertencem à comunidade”. Para o senador, até mesmo a adoção do voto universal nas eleições para reitores, em vez de um modelo paritário ou proporcional, é algo que pode ser debatido neste momento.

Iago Montalvão, diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), defendeu que a nova legislação estabeleça eleições “de fato diretas e paritárias” para reitores nas universidades. Para ele, no modelo atual não existe uma eleição na comunidade acadêmica envolvendo professores, funcionários e estudantes, mas apenas uma “consulta”, o que a entidade vê como “um deficit de democracia”.

— Ninguém sabe o que vem por aí, especialmente em uma quadra como a atual, em que há um evidente ataque ao Estado democrático — acredita o representante da UNE.

Posições semelhantes foram as defendidas pelo representante da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior (Fasubra), Antônio Alves Neto. Para ele, além de adotar regras mais democráticas nas eleições para reitores, o maior desafio do sistema universitário seria a modernização dos estatutos internos

em diversas instituições, muitas ainda convivendo no entender da entidade “com entulhos autoritários típicos da época do regime militar”.

Outro participante da audiência foi Alan Barbiero, secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano de Palmas e ex-reitor da Universidade Federal do Tocantins. Ele defendeu a votação pelo Congresso Nacional de um novo regramento “sintético, de cinco linhas”, que estabeleça princípios básicos mínimos nos processos de escolha e preserve ao máximo a autonomia universitária.

— Isso tem que mudar o quanto antes, mas para melhor. Precisamos de um modelo que induza a escolha de reitores preparados, conhecedores de administração, mas que entendam de fato de universidades e sejam politicamente hábeis — defende.

Ele criticou o fato da proposta inicial do PLS “conceder total autonomia ao setor privado e prever regras mais restritas ao setor público” no que tange à escolha dos reitores.

## MP sobre crédito à exportação ganha apoio

As exportações brasileiras podem ser incentivadas por uma alteração no Seguro de Crédito à Exportação (SCE), disseram especialistas que debateram o tema ontem em audiência pública da comissão mista que analisa a medida.

A MP 701/2015 consolida o entendimento de que o SCE pode ser utilizado não só por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito, mas também por seguradoras e organismos internacionais. O seguro garante operações de crédito à exportação contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação.

A iniciativa, de acordo com o governo,

amplia a chance de compartilhamento de risco com outras instituições, contribui para a abertura de novos mercados e para o restabelecimento de parcerias comerciais e tecnológicas.

### Incentivos

Presidente da comissão, o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) considera a MP importante para a economia neste momento de crise. Para o subsecretário de Créditos e Garantias às Exportações do Ministério da Fazenda, Guilherme Laux, a medida traz incentivos à exportação.

Representante da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Giuliana Rigoni afirmou que o seguro de risco favorece

a atuação do governo em garantir operações de longo prazo, a exemplo dos projetos em infraestrutura.

Luiz Cesar Muzzi, do BNDES, explicou que o Fundo de Garantia a Exportação foi criado em 1999 e que hoje vive da arrecadação de prêmios, calculados em função do risco da operação. Em 2015, não houve nenhuma cobertura de indenização pelo fundo.

Uma das emendas à MP, de Aécio Neves (PSDB-MG), obriga a Camex a publicar as decisões sobre cada operação aprovada pelo Fundo de Garantia à Exportação, com informações sobre as condições para concessão de seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União.

## Rodovia entre Mato Grosso e Tocantins será tema de debate

Por sugestão de José Medeiros (PSD-MT), a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoverá debate sobre a Rodovia Transbananal, que ligará Mato Grosso ao Tocantins via Ilha do Bananal.

Na reunião de ontem do colegiado, o senador explicou que a rodovia abrirá novo corredor para comercialização de bens produzidos nos dois estados, fortalecendo as exportações e também o turismo regional. O traçado da nova estrada, disse, reduzirá em até mil quilômetros a distância para o escoamento da produção de Mato Grosso, Pará e Tocantins.

Como frisou o senador, o empreendimento passará pela Ilha do Bananal, região que abriga o Parque Nacional do Araguaia e comunidades indígenas. Ele concorda com a necessidade de preservação dos recursos naturais da área, manutenção de sítios arqueológicos e proteção das populações tradicionais que ali vivem. No entanto, ressaltou a necessidade de melhorar a infraestrutura viária da região e pediu urgência na execução do projeto.

Serão convidados para o debate, entre outros, o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira; a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marilene Ramos; e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro Costa.

## Indicação para Antaq pode ser alvo de consulta jurídica

A Comissão de Infraestrutura (CI) fará uma consulta à área jurídica da Casa sobre a indicação de Luiz Otávio Campos para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O presidente do colegiado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), leu ontem carta da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner) que aponta como ilegal a eventual nomeação de Campos.

Ex-senador pelo Pará e atual secretário-executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República, Campos integra o Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio de Janeiro, estatal regulada pela Antaq que controla os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

Conforme a Aner, o artigo 58 da lei que criou a Antaq (Lei 10.233/2001) determina que os diretores não podem ter tido vínculo com empresa que é regulada pela agência nos 12 meses anteriores ao da nomeação.

A indicação de Campos foi publicada no *Diário Oficial* em 31 de março. A condução dele ao cargo depende de sabatina e aprovação pela CI e pelo Plenário do Senado.

Wellington Fagundes (PR-MT), que é o relator da indicação, leu o parecer na reunião de ontem, mas informou que consultará a área jurídica do Senado sobre a questão e apresentará um adendo ao relatório.

# Plenário analisa novo regime para precatórios

A mudança na Constituição prevê dez anos para pagamento. Conta especial, com depósitos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vai garantir os recursos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição que cria novo regime especial para pagar precatórios. No mesmo dia, o Plenário fez a primeira sessão de discussão do texto (PEC 152/2015), apresentado por José Serra (PSDB-SP).

Precatórios são requisições expedidas pelo Judiciário para cobrar da União, dos estados e dos municípios o pagamento de valores devidos após condenação judicial. O objetivo da PEC é agilizar os pagamentos, reduzir o estoque de precatórios pendentes e responsabilizar os gestores públicos que descumprirem a norma.

Com acréscimo do artigo 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o novo regime prevê prazo máximo de dez anos para pagamento dos precatórios. Para tanto, os estados, o Distrito Federal e os municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial, 1/12 do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes

líquidas (RCL), apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento.

Os recursos depositados na conta especial não poderão retornar para os entes. Além disso, pelo menos 50% da verba será utilizada para pagamento de precatórios em ordem cronológica.

Caso haja atraso na liberação dos recursos, o chefe do Poder Executivo responderá conforme legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa.

Em junho de 2014, as dívidas com precatórios nas três esferas de governo alcançavam R\$ 97,3 bilhões, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São muitas, por exemplo, as histórias de pessoas que morrem sem receber os valores a que têm direito.

— A opção por regime temporário de dez anos, com objetivo de reparar essa dolorosa chaga do tecido constitucional, representa o melhor caminho a seguir — disse o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Previsto no artigo 100 da



Senadores aprovam na comissão PEC que agiliza e reduz os valores devidos, que somavam mais de R\$ 97 bilhões em 2014

Constituição, o sistema de precatórios já foi alvo de várias mudanças, uma delas promovida pela Emenda 62, que reservou parcela da RCL para pagar precatórios, com previsão de prazo de 15 anos.

Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional esse prazo. A decisão teve de ser modulada pelos ministros do STF diante

da incapacidade de pagamento dos governos e do elevado saldo de precatórios pendentes. O regime especial de pagamento foi estendido por mais cinco anos, até 2020. Porém, a situação fiscal do país inviabilizou o cronograma de pagamento estabelecido na modulação feita pelo STF.

A proposta atual, segundo o relator, compatibiliza o ca-

lendário de pagamento com a realidade financeira dos entes da Federação.

Em março, a CCJ aprovou a PEC 159/2015. Ela prevê que os títulos pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de março de 2020 sejam pagos até 2020 em regime especial. O texto passou ontem pela terceira sessão de discussão no Plenário.

## Estado e município também podem ter DRU

Os municípios e os estados poderão ter permissão para retirar das vinculações obrigatórias 25% da arrecadação de impostos e demais receitas até 31 de dezembro de 2023. Essas vinculações obrigatórias foram criadas a partir da Constituição de 1988 e beneficiam órgãos, fundos ou categorias de despesas.

Essa desvinculação já é adotada pelo governo federal, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Sua extensão a estados e municípios foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto é um substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/2015, de Dalírio Beber (PSDB-SC). Agora ele seguirá para o Plenário.

Jucá incluiu na PEC a prorrogação da DRU, que beneficia a União, até 31 de dezembro de 2023. Com o mesmo objetivo, o governo encaminhou à Câmara a PEC 87/2015. Só que ela desvincula 30% das receitas. A proposta ainda não foi votada.

Dalírio disse que os mesmos argumentos que justificam o mecanismo da DRU para a União, criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), o levaram a propor a desvinculação para os estados e os municípios. Na prática, a DRU permite que o governo federal aplique recursos vinculados a áreas sociais específicas, como educação e saúde, em outras despesas consideradas prioritárias e na economia para pagamento de juros da dívida pública.

## Projeto prevê punição de dono de cartório

Donos de cartórios poderão responder com seu patrimônio pessoal por prejuízos causados a terceiros, ainda que os danos tenham sido provocados por escrevente ou outro funcionário por eles autorizado, conforme projeto de lei da Câmara (PLC 44/2015) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Com parecer favorável da relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), a proposta modifica a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994), estendendo a mesma responsabilidade já atribuída pela Lei 9.492/1997 aos tabeliães de cartórios de protesto de títulos.

Por essa medida, o Poder Executivo, responsável por delegar aos cartórios os serviços notariais e de registro, não

mais responderá por dano causado por esses estabelecimentos. Pelas regras em vigor, pessoa impedida de receber benefício previdenciário devido a erro de grafia na certidão de óbito do cônjuge, por exemplo, pode buscar indenização do Estado. Com a modificação trazida pelo PLC 44/2015, que agora vai a Plenário, a indenização seria responsabilidade do cartório.

Para dano causado por má-fé daqueles que usam os serviços cartoriais, o projeto assegura o direito de regresso, ou seja, a possibilidade de o dono do cartório cobrar o prejuízo do responsável pelo dano, como do vendedor que usou de má-fé ao comercializar um bem em situação irregular, prejudicando o comprador.

## Comissionado deve ser proibido de doar a partidos

Não poderão fazer doações a partidos políticos os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública e empregados, proprietários ou diretores de empresas prestadoras de serviços terceirizados que tenham contrato com União, estados, Distrito Federal ou municípios.

Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ao aprovar substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 663/2015. O texto vai ser votado em turno suplementar na comissão, antes de seguir para a Câmara.

De Aécio Neves (PSDB-MG), o projeto propunha a alteração da Lei dos Partidos Políticos

(Lei 9.096/1995) para vedar, nos seis meses anteriores às eleições, doações a partidos por ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública direta e indireta. Segundo o autor, tem sido frequente retribuir-se a indicação para cargos por meio do financiamento de campanhas eleitorais dos responsáveis pela nomeação, inclusive como condição para a ocupação do cargo.

O texto recebeu duas emendas, uma de Lasier Martins (PDT-RS) e outra de Ronaldo Caiado (DEM-GO), ambas para vedar em qualquer tempo as doações.

Eunício Oliveira (PMDB-

CE) também apresentou uma emenda, na forma de substitutivo, para que empregados, proprietários ou diretores de empresas prestadoras de serviços terceirizados à administração pública sejam proibidos de fazer as doações a partidos, nos seis meses anteriores ao pleito, e a campanhas, nos três meses anteriores às eleições.

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), votou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo de Eunício, com a rejeição das emendas de Lasier e Caiado. Para o relator, a proposta é moralizadora e contribuirá para a redução da influência do poder político no resultado das eleições.

## Relator apoia texto que extingue reeleição de presidente, governador e prefeito

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113A/2015, que acaba com a reeleição, recebeu ontem parecer favorável, na forma de substitutivo, de seu relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto deverá ser votado pela comissão na próxima semana.

Depois de passar pela comissão, a proposta terá dois turnos de votação no Plenário.

O texto estabelece que presidente, governadores e prefeitos ficarão inelegíveis para os mesmos cargos no período imediatamente seguinte. A mesma norma servirá para

quem os tiver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores às eleições. A exceção são os prefeitos eleitos em 2012 e os governadores em 2014.

A reeleição de chefes do Executivo passou a valer em 1997, com a promulgação da Emenda Constitucional 16, no governo Fernando Henrique Cardoso.

— Acreditamos que a grave crise política hoje vivida pelo país talvez não estivesse ocorrendo se tivesse sido mantida a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988, que vedava a reeleição ao chefe do Poder Executivo — disse Valadares.

# Projeto que permite a dependente “herdar” plano de saúde vai à Câmara

Em caso de morte do titular, o plano de saúde não poderá reajustar o preço ou retirar benefícios do contrato, garante o texto aprovado

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que amplia garantias aos consumidores de planos privados de saúde. Uma das mudanças que o PLS 118/2014 faz na legislação atual tem por finalidade garantir que, em caso de morte do titular do plano, os dependentes tenham direito de manter as mesmas condições do contrato.

A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também determina a redução proporcional do valor das prestações pagas à administradora do plano de saúde, diante da redução dos custos em razão da exclusão do titular falecido.

Atualmente, algumas operadoras tentam impor aos dependentes a contratação de produtos mais caros e



Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro concordaram quanto ao teor da medida

menos protetivos depois do falecimento do titular.

No parecer, o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), considerou que não há motivo para qualquer alteração das cláusulas originais do contrato nem para o reajustamento do

valor da prestação.

A proposta foi aprovada em decisão terminativa e poderá seguir para exame na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso, apresentado em até cinco dias, para apreciação pelo Plenário do Senado.

O projeto também obriga as operadoras a discriminar os valores das mensalidades de cada beneficiário do plano, de forma a dar mais transparência à cobrança.

Uma terceira alteração re-ajusta a multa cobrada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos casos de infração às normas contratuais e de regulação. O projeto propõe a cobrança de multas entre R\$ 5 mil e R\$ 4 milhões, conforme o porte econômico da operadora, enquanto a legislação atual estabelece valores entre R\$ 5 mil e R\$ 1 milhão.

De acordo com Flexa Ribeiro, o aumento dos valores “tende a repercutir na diminuição dos abusos praticados contra o usuário”.

PROPOSTA REDUZ JORNADA DE MÉDICO PERITO PARA 30 HORAS  
A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que reduz de 40 para 30 horas semanais a jornada dos médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Emenda do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), incluiu no texto do PLS 120/2014 a garantia de que a redução na jornada de trabalho não implicará diminuição da remuneração. A autora, Ana Amélia (PP-RS), lembra que as atividades de perito médico previdenciário e de supervisor médico-pericial exigem alto grau de qualificação e que esses profissionais “sujeitam-se a um nível significativo de estresse, com riscos à integridade física e emocional”. A redução da jornada vai melhorar a qualidade e a eficiência do atendimento pericial. Para Moka, a redução da jornada “visa harmonizar o direito constitucional que os médicos têm de exercerem cumulativamente dois cargos públicos”.

## CÂMARA VAI VOTAR PROFISSÃO DE TÉCNICO ESPORTIVO

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o PLS 522/2013, que disciplina a profissão de técnico de todas as modalidades esportivas coletivas, não apenas futebol, como ocorre hoje. O exercício da profissão é autorizado a formados em educação física ou em cursos de formação oferecidos por ligas, federações e confederações esportivas. Uma das emendas apresentadas pelo relator, Romário (PSB-RJ), ampliou as possibilidades de acesso à profissão. O texto permite a atuação como técnico a atletas ou ex-atletas da modalidade em que pretendem treinar. É exigida experiência profissional comprovada de pelo menos cinco anos. Para o senador, a experiência desses profissionais traz contribuição importante para a formação de novas gerações de atletas. O projeto é do ex-senador Alfredo Nascimento.

## AVANÇA REGULAMENTAÇÃO DE EQUOTERAPIA PARA DEFICIENTE

A regulamentação da equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 13/2015) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A equoterapia é um método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagens interdisciplinares nas áreas da saúde, educação e equitação com o objetivo de promover o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência. De acordo com a proposta, do ex-senador Flávio Arns, a prática passa a ser condicionada a um parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica. Também deve ser exercida por uma equipe multiprofissional, constituída por médico, médico veterinário e uma equipe mínima de atendimento.

## Aprovados requisitos mínimos para cômodos em imóveis urbanos

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que determina que todos os cômodos dos imóveis urbanos, inclusive os destinados a moradia e serviço dos empregados domésticos, tenham requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

Aperfeiçoado com emendas em todas as comissões de análise, o PLS 212/2008, de Cristovam Buarque (PPS-DF), recebeu decisão terminativa na CAS. Agora poderá seguir para análise na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para apreciação em Plenário. A proposta, que acrescenta nova diretriz ao Estatuto das Cidades, tinha como finalidade inicial proibir quarto e banheiro para empregados domésticos com dimensões muito pequenas e sem ventilação.

## Patrulha Maria da Penha segue para CCJ

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem o PLS 547/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que institui o Programa Patrulha Maria da Penha. A proposta

consiste em visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência e reprimir atos de violência.

A execução do programa será feita por meio de cooperação entre União, estados, municípios e Distrito Federal.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), lembrou que a Patrulha Maria da Penha já funciona em cidades como Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Manaus (AM).

Na justificativa, Gleisi afirma que, apesar da Lei Maria da Penha, as estatísticas demonstram que os agressores continuam ameaçando, mesmo após medidas protetivas.

O projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa e João Capiberibe

## Comissão define Semana do Aleitamento

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem o PLS 197/2013, que institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento. O projeto segue agora para a análise da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte (CE).

De iniciativa do ex-senador Rodrigo Rollemberg, o projeto sugeria que a semana fosse celebrada no período que incluíse o dia 25 de agosto, data do aniversário de Zilda Arns, médica sanitária que

dedicou a vida ao combate da mortalidade infantil. Mas o relator, José Medeiros (PPS-MT), apresentou emenda para que a data seja comemorada sempre no período de 1º a 7 de agosto, quando é também celebrada a data mundialmente.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Senador Otto Alencar (C), ao lado de Blairo Maggi (D), preside a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

## Projeto reforça apuração de crimes cibernéticos

Comissão da Agenda Brasil aprovou ontem proposta que permite a requisição aos provedores de internet de informações cadastrais de usuários, por delegados ou promotores, para obtenção de provas

### AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou um projeto que aumenta o poder do Ministério Público e da polícia na investigação de crimes praticados por meio da internet. A proposta agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

O PLS 730/2015, de autoria do presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), permite que delegados de polícia ou promotores de Justiça requisitem informações a qualquer provedor de internet em caso de suspeita de crime. O texto permite acesso aos dados cadastrais de um endereço de protocolo de internet (IP), o que hoje só é possível com autorização de um juiz.

— O projeto vai contribuir

para a investigação de agressões e de racismo na internet, que muitas vezes têm ficado sem punição — disse Otto.

As informações que poderão ser fornecidas são sobre qualificação pessoal, filiação e endereço do suspeito. Outros dados ainda vão exigir autorização judicial. O texto também veda o fornecimento dessas informações a terceiros ou a órgãos de comunicação. Os investigadores deverão tomar as providências necessárias para a garantia do sigilo das informações recebidas e para a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário. Em caso de vazamento, o delegado ou membro do Ministério Público poderá ser responsabilizado.

Otto argumenta que, sem uma legislação adequada que defina meios e instrumentos de

investigação a crimes praticados pela internet, “a coletividade e o Estado encontram-se absolutamente vulneráveis”.

Segundo a proposta, as empresas de internet terão 12 meses para se adaptar e deverão manter no país um responsável legal ou departamento técnico em funcionamento integral. Otto diz que, atualmente, há enorme dificuldade no cumprimento de determinações judiciais perante empresas provedoras de internet do exterior que não têm departamentos técnicos nas representações no Brasil.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou apenas emendas de redação. Segundo o senador, os crimes cometidos pela internet demandam ferramentas de investigação específicas para provar a autoria do delito.

## Promotor pede que empresa corrupta não fique sem punição

Em audiência pública na comissão mista da medida provisória que facilita os acordos de leniência, o promotor de Justiça de São Paulo Roberto Livianu discordou do argumento do governo de que a MP 703/2015 é importante para preservar empregos e evitar danos maiores à economia.

O acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção (12.846/2013), permite a denúncia de crime por pessoa jurídica envolvida em ilegalidade que auxilie na investigação em troca de benefícios. Para Livianu, deixar de punir uma empresa corrupta é “passar a mão na cabeça de criminosos” e ser injusto com empresários honestos.

— O acordo de leniência é primo da delação premiada. A ideia de colaborar é positiva, mas o modelo precisa ser adequado para proteção social. Imaginem se, por exemplo, o Ministério Público deixasse de combater o tráfico de drogas pensando no desemprego dos traficantes — afirmou.

O secretário-executivo da Controladoria-Geral da União (CGU), Carlos Hígino de Alencar, discordou.

— O traficante sabe que está cometendo um crime. Quem trabalha numa empresa que tem um diretor que paga propina não tem ideia e nem é cúmplice da ilicitude cometida pela firma para ganhar um contrato público — disse.

O relator, deputado Paulo

Teixeira (PT-SP), disse que a medida provisória não enfraquece nem flexibiliza a Lei Anticorrupção.

— Se alguém praticou ilícito, que seja punido, mas a pessoa jurídica deve sobreviver. A exceção é quando a empresa pratica um ilícito tal que não tem como pagar ou reparar o erro — defendeu.

### Constitucionalidade

Os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionaram a constitucionalidade da MP, por ela tratar de assuntos penais e processuais penais, o que é vedado.

O subprocurador-geral da República Nicolao Dino concordou e disse ainda que o governo atropelou o processo legislativo quando enviou ao Congresso uma MP semelhante ao PLS 105/2015, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara.

Já para o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp e o professor da USP Heleno Torres, a MP não é de cunho penal, mesmo tratando de sanções. Torres pediu que o texto final não admita acordo de leniência sem indenização, ou com punição abaixo do dano apurado.

— O dano foi causado por ação da empresa e não pode ser negociado. Se tiver que quebrar a empresa, que quebre. O que se pode negociar são multas — afirmou.

## Renan rejeita pedido de impeachment de Marco Aurélio Mello

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o arquivamento do pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello. Ontem, integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) entregaram o pedido de afastamento do jurista. Segundo Renan, foram identificados problemas formais no pedido, como a falta de documentação dos denun-

ciantes. Ele ainda apontou a ausência de crime de responsabilidade. Segundo Renan, os atos descritos na denúncia são da competência de ministro do STF.

— Não podemos ser levianos com a democracia, nem subestimar a importância da separação dos Poderes da República — declarou.

O coordenador nacional do MBL, Rubens Nunes, disse que o movimento

pedia a apuração de crime de responsabilidade na decisão do ministro de desarquivar o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff protocolado na Câmara dos Deputados.

— Ele entreviu em um ato interno do presidente da Câmara, o que fere o princípio da separação dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição. Também agiu de forma negligente e descumpriu

a lei do mandado de segurança, haja vista que, no pedido de impeachment caberia recurso ao Plenário, o que nem sequer foi observado — afirmou.

Para o MBL, Marco Aurélio ainda agiu de forma arbitrária ao determinar, por liminar, a obrigação de o presidente da Câmara acatar o pedido de impeachment contra o vice-presidente Michel Temer, que já havia sido arquivado.

## Propostas de MP sobre zika podem ser ampliadas

O relator da medida provisória que autoriza a entrada forçada de agentes públicos em imóveis abandonados para combater o mosquito *Aedes aegypti*, deputado Newton Cardoso Jr, anunciou a intenção de expandir o foco da MP.

Durante audiência pública na comissão que analisa a MP 712/2016, o deputado disse que deve apresentar o parecer no final de abril. Ele quer incluir no relatório medidas como: penalização para quem não colaborar com o combate ao mosquito; ações de facilitação do diagnóstico de dengue, zika e chicungunha; amparo às famílias de pacientes com

essas doenças e de bebês com microcefalia; regras para parcerias público-privadas para fabricação de vacinas; e benefícios no Imposto de Renda para empresas que adotarem medidas efetivas de combate ao *Aedes aegypti*.

— A medida provisória é um meio de dar velocidade às ações de combate ao mosquito e às doenças — defendeu.

A coordenadora-geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare, apresentou dados da portaria dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social para ações rápidas de atenção à

saúde e proteção social das crianças com microcefalia. Segundo Thereza, o Brasil tem hoje 6.906 casos notificados. O ministério disponibilizou R\$ 10,9 milhões para que estados e municípios possam fazer o atendimento a essas crianças. A portaria traz um acordo com o INSS para agilizar as perícias das famílias nesses casos que têm direito ao benefício da prestação continuada.

O presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, José Rodrigues Rocha Junior, destacou a necessidade de aprimorar o fluxo de informações entre a saúde e a assistência social.

## Lídice quer manter comissão sobre Plano da Lavoura Cacaueira

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu à ministra da Agricultura, Kátia Abreu, medidas para impedir o fechamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). A Ceplac foi reestruturada por decreto e, na sexta-feira, passou a ser um departamento da Secretaria de Cooperativismo do ministério.

— A mudança exclui, na prática, o segmento da agricultura familiar como o público de atendimento.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Reguffe defende isenção fiscal para remédios

O aumento de 12,5% nos preços dos remédios é uma benevolência com os laboratórios, protestou Reguffe (sem partido-DF).

Segundo o senador, o reajuste autorizado pelo governo é superior à inflação dos últimos 12 meses, que foi de 10,36%.

— O governo deveria fazer o oposto, retirar os impostos sobre os medicamentos para que a população possa comprar remédios a preços mais acessíveis — afirmou.



Moreira Manz/Agência Senado

Presidente do Senado também disse que população precisa ser consultada a respeito da adoção do parlamentarismo caso a proposta com essa mudança seja aprovada pelo Congresso

# Renan: povo deve opinar sobre eleição antecipada

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a ideia de consultar a população sobre a antecipação das eleições para presidente da República, governadores e congressistas.

— Eu acho que qualquer cenário não pode ser descartado, tem que ser levado em consideração. Existem correntes também que defendem fazer um plebiscito. A ideia de ouvir a sociedade nunca será

uma ideia ruim — afirmou Renan.

O presidente do Senado também pediu um debate mais amplo sobre o parlamentarismo. Está na pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que questiona a possibilidade de mudança do sistema de governo do país do atual presidencialismo para o parlamentarismo por meio de emenda à Constituição.

— Tem essa questão da consulta do parlamentarismo, da implantação, se pode haver emenda constitucional. Se houver a aprovação da emenda, será necessário fazer o plebiscito. Eu acho que qualquer cenário tem que ser guardado em favor do Brasil — declarou Renan.

(Com a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Para Humberto, pedido de impeachment é “vendeta”

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), classificou de “vendeta política” o pedido de impeachment de Dilma. A acusação é de pedaladas fiscais e de realização de operações de crédito suplementares sem a autorização do Congresso.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Humberto lembrou que os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula também agiram assim sem que o Tribunal de Contas da União tivesse se preocupado com isso.

— É um ato de dois pesos e duas medidas com a finalidade de oferecer elementos para subsidiar uma articulação política, golpista e mesquinha.

## Ferraço afirma que crimes de Dilma vão além de pedaladas

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) contestou argumentos do PT de que o impeachment da presidente Dilma Rousseff é um “golpe”. Em sua avaliação, o pedido de afastamento foi apresentado na forma da lei e com fundamento nas pedaladas fiscais, que Ferraço classificou de “estupro” e “atentado” à lei orçamentária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador afirmou que os crimes da presidente vão além e mencionou as investigações da Operação Lava Jato sobre uso da Petrobras no financiamento ilegal de campanha. Ele sublinhou que Dilma teria violado suas promessas eleitorais reduzindo os programas sociais.

## Segundo Vanessa, o que oposição busca fazer é golpe

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que impeachment sem crime de responsabilidade que o fundamento é golpe. E é isso o que está em curso hoje, disse ela, ao lembrar que os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula também fizeram uso das pedaladas fiscais sem que isso tivesse sido usado para afastá-los do cargo.

No entanto, os oposicionistas agora se aproveitam das dificuldades da economia e da baixa popularidade de Dilma Rousseff para tentar chegar ao poder, acusou Vanessa.

— Não pode mudar a regra no meio do jogo — afirmou.

Ela lembrou que a crise política aprofunda a dificuldade econômica do país.

## Presidente tenta comprar votos na Câmara, diz Cássio

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que crimes de responsabilidade continuam a ser praticados pelo governo Dilma, numa “ação delituosa e impetuosa” que busca deter o processo de impeachment, em tramitação na Câmara. Ele afirmou que o governo não consegue responder aos desafios mínimos da administração pública.



Marcio Mariz/Agência Senado

— O governo não tem outra preocupação a não ser tentar comprar votos na Câmara para escapar da punição da Constituição, que determina que, nos casos de crime de responsabilidade, o presidente seja afastado das funções.

## Fátima avalia que tese de afastamento perdeu força

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a oposição está desapercebada porque a tese do impeachment está perdendo força e por isso apresenta alternativas para afastar a presidente Dilma do cargo, como a antecipação de eleições.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Segundo a senadora, os defensores dessa ideia alegam que, mesmo que o impeachment seja rejeitado, Dilma não teria condições de governar.

— O impeachment já morreu. Daí vem esse movimento com viés golpista de antecipar eleições. Para a antecipação, precisaria que Dilma renunciasse. E ela não fez, não faz e não fará isso.

## Lasier: ilegalidade do governo não pode ser acobertada

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou não haver dúvidas de que o governo fez uma maquiagem nas contas públicas e atrasou propositalmente o repasse de recursos para bancos estatais e autarquias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Na análise do senador, o governo Dilma tentou com essa prática mostrar que as despesas “eram menores do que a verdade revelaria”. A intenção, segundo ele, foi ludibriar o eleitorado e o mercado.

— Não há crime maior ou menor do que o outro. Crime é crime e todo crime deve ser punido. Não podemos acobertar.

## Bauer pede processo também contra diretor de banco estatal

Paulo Bauer (PSDB-SC) contestou os que negam que a presidente Dilma tenha praticado crime de responsabilidade por causa das pedaladas fiscais. De acordo com ele, que é contador, o governo usou dinheiro de bancos públicos, como a Caixa e o Banco do Brasil, para pagar benefícios sociais. Só que, em ano eleitoral, o governo demorou para ressarcir esses bancos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Por isso, prosseguiu, os dirigentes dos bancos deveriam ter cobrado os valores para não colocar em risco o mercado financeiro. Por não terem feito isso, também devem ser responsabilizados.

## PMDB é cínico por abandonar governo, critica Telmário

Em discurso no Plenário anteontem, o senador Telmário Mota (PDT-RR) chamou de “cinismo” a saída do PMDB do governo Dilma Rousseff.



Ano Volpe/Agência Senado

De acordo com o senador, o PMDB está fora do governo, mas mantém ministérios e vários cargos. Ele cobrou coerência do partido e o chamou de “oportunista”.

Segundo o senador, a ida do colega Romero Jucá (PMDB-RR) para a presidência do PMDB é “deprimente”.

— O PMDB colocou na presidência uma pessoa maculada por denúncias fortes de corrupção — declarou o senador.

## Paim apresenta PEC que prevê reforma política

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), leu ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que ele apresentaria no mesmo dia prevendo a criação de uma assembleia revisional com o objetivo de realizar uma reforma política, eleitoral e partidária. Ele já havia obtido o número necessário de assinaturas para a apresentação da PEC.

De acordo com a proposta, nas eleições municipais deste ano haveria também a eleição de uma assembleia revisional, formada por um grupo de cidadãos que seria responsável pela elaboração de novas bases de funcionamento do sistema político, eleitoral e partidário para serem aplicadas a partir de 2018. Esses cidadãos não poderiam estar exercendo mandato ou se candidatar em nas eleições seguintes.

Paim explicou que a proposta é fruto

de uma ampla discussão feita na CDH e nos estados. Segundo o senador, o país vive um momento grave, em que o povo está dividido, polarizado e chegando ao radicalismo nos embates e discussões.

— Deve haver preocupação maior com a preservação das instituições e da democracia, única maneira de se garantir a permanência do regime democrático, cujo construto tanto nos custou — disse.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que é uma proposta oportuna. Para ela, é um modo de discutir de modo profundo a realidade política brasileira:

— Não dá para termos ações ou respostas pequenas ou fugazes ou pontuais a isso tudo. Nós temos que fazer uma avaliação muito profunda sobre a realidade da política, sobre o que estamos vivendo hoje. O povo brasileiro quer isso.

## Ministro da Justiça cancela fala em comissão

O ministro da Justiça, Eugênio Aragão, cancelou sua ida à audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para falar sobre os desdobramentos da Operação Lava Jato, que investiga o desvio de recursos na Petrobras. O debate estava marcado para ontem e ainda não foi remarcado.

Ao justificar a ausência, o ministro disse que tinha “compromissos inadiáveis.” Entretanto, tanto o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), quanto o senador que propôs a audiência, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), afirmaram que a data da audiência havia sido agendada com a assessoria do ministro.

— Se ele tinha agenda [para o dia da audiência], a assessoria deveria ter sugerido outra data — afirmou Maranhão, deixando claro que o ministro havia sido convidado, e não convocado, a

prestar esclarecimentos à CCJ.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu a remarcação da audiência para a próxima semana, “sob pena de os fatos ficarem envelhecidos”:

— Se houver dificuldade, teremos que fazer uma convocação.

Aécio Neves (PSDB-MG) avaliou que a vinda de Aragão ontem seria vista como “um gesto de respeito ao Senado” e uma oportunidade para esclarecer questões exploradas pela imprensa sobre a Lava Jato.

Ferraço aproveitou para defender a manutenção da autonomia e da independência no trabalho da Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça. Ele atribuiu essa preocupação à recente entrevista de Aragão à *Folha de S.Paulo* na qual o ministro disse que trocaria policiais envolvidos nos trabalhos à primeira suspeita de vazamento de informações.